

**SOBRE OS TRAUMAS DO PASSADO:
MÉMORIAS DE LETRADOS SOBRE A ABOLIÇÃO E OS DIAS SEGUINTE
(BAHIA, 1888-1930)**

Marcelo Souza Oliveira¹

Resumo: Este texto analisa a produção literária e historiográfica baiana produzida entre 1889 e 1930 que trata das memórias acerca do *13 de maio* e os dias subsequentes. A escassez de informações e de referências sobre esse tema coloca em evidência a construção de uma memória traumática sobre esse evento e a tentativa de atribuir a ele a “desgraça” ocorrida com os senhores do Recôncavo. Por outro lado, a produção literária e historiográfica dos ex-abolicionistas não reconhece a força do *13 de maio* como um marco da libertação dos cativos, preferindo tomar a abolição como um processo originado desde as primeiras leis abolicionistas. Tanto a Literatura quanto a História destacam a construção da memória dos atores que vivenciaram esse período e utilizaram-no como explicação para a situação decadente da Bahia nas primeiras décadas da República.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Letrados; Abolição.

ABSTRACT: This text analyzes the literary production and historiográfica of Bahia produced between 1889 and 1930 that discuss the memoirs concerning the May 13th 1888 and the subsequent days. The shortage of information and of references on that theme puts in evidence the construction of a traumatic memory on that event and the attempt of attributing to it "tragedies" that happened to sugar mill owners in the state of Bahia. On the other hand, the literary production and the former-abolitionists' historiográfica doesn't recognize the force of the May 13th as a mark of the liberation of the captives, preferring to take the abolition as a process originated from the first abolitionist laws. Both the Literature and the History highlight the construction of the actors' memories that lived in that period and used it as explanation for the decadent situation of Bahia in the first decades of the Republic.

WORD-KEY: Memory; Learned; Abolition.

Quando mães de famílias qualificadas viram-se obrigadas a ir para a cozinha, quando crianças ficarão sem amamentação, viúvas octogenárias foram forçadas a esmolar o pão pelas portas, quando os próprios libertos incapazes de trabalho, abandonados pelos filhos morreriam de fome e se não contassem com a caridade de seus ex-senhores, estava eloqüentemente demonstrado que a lei 13 de maio era um ponto final à colheita da safra (BARRÃO DE VILA VIÇOSA, Diário da Bahia, 1889).

A Lei de 13 de maio viera encontrar ainda em franca prosperidade, grandes famílias de lavradores, principalmente do recôncavo, que constituíam a genuína aristocracia baiana, e, desde então, o descalabro da atividade rural, foi como dissemos, indescritível. [...] Casos houve, em que, no dia imediato á publicação da lei áurea, damas fidalgas se viram compelidas aos mais rudes trabalhos, foi, a imprevidência maior número abrira as portas á miséria negra (CALMON, História da Bahia: um resumo didático, 1929).

As passagens acima descrevem algumas cenas com certeza difícil de imaginar: ex-senhoras de engenho “octogenárias” que viveram suas vidas todas no seio da casa-grande, obrigadas a “esmolar” o pão pelas portas; damas “fidalgas” filhas da mais “fina flor” da

¹ Graduado em História (2005) e Mestre em Estudo de Linguagens (2008) pela Universidade do Estado da Bahia. Professor Instituto Federal Baiano, Campus Senhor do Bonfim.

aristocracia baiana, lavando roupas, varrendo a casa e o terreiro do engenho. Deixados de lado os exageros e as hipérboles, as imagens construídas a partir das narrativas ora expostas nos levam a impressão de que para a elite baiana o *13 de maio* deveriam ser lembrados como um evento divisor de águas entre a “era de glórias” do gozadas no Império e a “época dos infortúnios” da Primeira República.

As duas passagens foram escritas por seus autores em momentos bem distintos da História Baiana: o Barão de Vila Viçosa movia sua pena em direção a construção de um “proto-discurso”, sobre aquilo que teria sido as origens da decadência de seu grupo social. Já Pedro Calmon escreve um pequeno compêndio histórico para os alunos baianos da última década da Primeira República, e nele, reserva algumas linhas para lamentar-se pelo que havia ocorrido com os seus antepassados após o ato “redentor da Princesa Isabel”. Quase quarenta anos se passaram entre a publicação os escritos apresentados, no entanto, percebe-se que o discurso registrado por Vila Viçosa parece ter se propagado, ao passar dos anos até chegar à memória de Pedro Calmon, que prontamente a registrou no seu livro de História.

Olhares sobre o passado na Bahia na Primeira República

Na Bahia nas primeiras décadas republicanas, muitos intelectuais preocuparam-se em escrever suas impressões sobre a decadência dos senhores do Recôncavo, experiências que legou “traumas” para muitos dos que a viveram, pois encerrou uma era estruturada em cima da mão-de-obra escrava e nas relações paternalistas que definiam uma rígida hierarquização social. No Recôncavo, como afirma Walter Fraga Filho, as experiências do pós-abolição foram traumáticas para os donos dos engenhos de cana-de-açúcar. Ele destaca que poucos senhores não guardaram amargas recordações da maneira como seus antigos cativos passaram a se comportar (FRAFA FILHO, 2006: 129). Essas “amargas recordações” constituir-se-iam, durante as décadas seguintes ao *13 de maio*, num esforço pela construção de memórias, cujas versões dependiam, entre outras questões, do lugar social, da forma que se contava e de como se expressava os acontecimentos.

Mesmo antes do *13 de maio*, as discussões travadas na Bahia demonstravam o despreparo que os senhores, em especial dos engenhos do Recôncavo, para a realização da transição para o trabalho livre. Em meio à variedade de “saídas” que preenchiam o debate sobre a “questão servil” era possível vislumbrar alguns pontos de convergência. O maior deles era o desejo de que a extinção do escravismo não comprometesse a ordem social que, *grosso modo*, significava a preservação da autoridade dos antigos proprietários frente aos seus subalternos, fossem eles ex-escravos ou negros livres. Era preciso não perder de vista a “força

moral” dos senhores (ALBUQUERQUE, 2004). Sendo assim, deve-se pensar também nesse processo pelo seu sentido irreversível e desarticulador das antigas relações de subordinação e controle social.²

Nas décadas que sucederam abolição, os lamentos e ressentimentos dos antigos senhores foram retomados por seus descendentes como forma de explicar a decadência da lavoura açucareira. Portanto, era conveniente mostrar que a abolição havia rompido um estilo de vida fundado em valores hierárquicos sólidos, como se o mundo escravista dos engenhos não estivesse sob permanente tensão. Walter Fraga Filho destaca que em várias memórias, romances e relatos feitos pelos antigos senhores de escravos, a abolição aparece como ruptura decisiva dos padrões, etiquetas e valores estabelecidos na ordem escravista. Havia um interesse político e ideológico dos senhores em conceber a abolição nesses termos.

a idéia de ruptura servia como importante argumento para mostrar quando a classe senhorial havia sido abandonada e injustiçada pela decisão do governo imperial de abolir a escravidão. E, mais que isso, o fato de que a abolição não fora precedida nem pela indenização, nem por leis complementares que garantissem algum controle sobre os libertos (FRAGA FILHO, 2006: 139).

A construção da idéia de decadência da Bahia, em especial do Recôncavo, foi difundida entre a elite baiana nas primeiras décadas da República como uma tentativa de consolidação da memória da elite. Nele sobressaía-se um ideal de tempos áureos do passado *versus* decadência do presente, sendo que a idéia de “ruptura” denotou-se justamente ao *13 de maio*. Essa leitura torna-se cada vez mais inteligível na medida em que se insere esse discurso dentro do contexto em que foi produzido.

Com o advento da República, a elite teve que adequar-se a essa conjuntura, continuando como grupo político dominante na Bahia, embora economicamente já não gozasse do mesmo poder de outrora. Consuelo Novais Sampaio demonstrou que na Primeira República a Bahia passou a importar açúcar de São Paulo e do Rio de Janeiro, não sendo nem de longe a potência açucareira que foi em demarcados períodos da Colônia e do Império. Ela ressalta que “estava finda a era dos barões do açúcar” (SAMPAIO, 1992: 32). Em seu lugar surgiu uma economia anêmica embora diversificada (SAMPAIO, 1998: 29). Segundo Aldo Morais Silva, no campo político a chegada da República na Bahia pouco alterou o ritmo das

² Segundo Silvio Humberto dos Passos Cunha, a ameaça da falta de braços, no pós-abolição, foi mais retórica do que real, o que não significa que a transição ocorreu de forma fácil. Na verdade, os senhores de engenhos baianos e outros nortistas empreenderam uma forte resistência com vistas a prolongar a escravidão o máximo possível, com o claro intuito de reivindicar junto ao governo imperial e depois ao governo republicano, uma indenização pela perda da propriedade escrava e, assim, provocar sua recapitalização para novos investimentos. (CUNHA, 2004).

instituições do Estado. Uma política de acomodação, mais do que uma estratégia momentânea, veio a caracterizar o cenário baiano neste período. O cenário político a elite baiana esteve pautada pelo conservadorismo (SILVA, 2006).

Nas Primeiras décadas da República, a elite baiana buscava demarcar seu lugar na sociedade brasileira, se utilizando da memória social como artifício para a construção de um passado de tradição e glórias. Mas a abolição da escravatura era um entrave, justamente pelo discurso que creditava à abolição as causas da decadência dos engenhos do Recôncavo; em virtude disso, necessitava ser re-significada. Os homens de letras deram sua contribuição, escrevendo histórias, artigos, memórias e narrativas ficcionais sobre esse passado.

Entretanto, longe de ser consenso, as representações sobre a abolição e o pós-abolição, eram disputadas por ex-proprietários, ex-cativos e abolicionistas. Tratava-se de embates pela instituição da memória social, travada por componentes desses segmentos. Mesmo entre os intelectuais existiam variações e divergências sobre o contexto, sobre os fatos, eventos e efeitos desse processo. Numa tentativa de reconstruir essa memória, letrados oriundos de segmentos escravocratas e abolicionistas escreveram sobre o tema com o propósito de entender o significado do fenômeno histórico que se observou na transição da mão-de-obra escrava para a livre, de instituir versões e de justificar os fatos.

Na análise das memórias sobre a extinção do trabalho dos escravos, existem traumas, medos, ressentimentos e outras emoções que distorcem o passado. Nesse prisma, considera-se a força do presente sobre a recordação do passado, afinal, como já foi dito, o contexto da sociedade baiana na primeira república, período em que foram escritos os textos que são o foco desse projeto, a Bahia passava por sucessivas crises econômicas, políticas e sociais.

Segundo Jaques Lê Goff, a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade referente a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou interpretadas como passadas (Apud, SILVA, 2006: 275). Para Ecléa Bosi a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Ela observa também que na maior parte das vezes, lembrar não é ver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 1994: 46-47).

Dito de outra maneira, a memória atual submete-se a intenções e concepções produzidas cotidianamente. Assim deve-se considerar o processo de reconfiguração da identidade daqueles que rememoram, mas também a sua importância enquanto legitimadora

dos lugares sociais, do momento em que se lembra. Ou seja, esse processo interfere na definição não só do grupo social a qual a pessoa se identifica, mas também aos outros grupos. Procura-se através da constituição da memória individual e coletiva a delimitação dos espaços sociais que intenta impor ao outro.

Literatura e memória social

Segundo Antônio Cândido a literatura é essencialmente uma reorganização do mundo em termos de arte; a tarefa do escritor de ficção é construir um sistema arbitrário de objetos, atos, ocorrências, sentimentos, representados ficcionalmente conforme um princípio de organização adequado à situação literária dada que mantém a estrutura da obra (CÂNDIDO, 1967: 206). Já Sandra Pesavento assevera que ela permite o acesso a sintonia fina ou ao clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa ainda o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário. Porque se fala disto e não daquilo... é a literatura que fornece os indícios para pensar como e porque as pessoas agiam desta e daquela forma (PESAVENTO, 2005: 82-83).

O sentimento de decadência³ da elite baiana no século XX foi atribuído à abolição, pois teria encerrado a “harmonia” que existia entre senhores e cativos, visto que tirou as prerrogativas de doadores da liberdade dos senhores para o Estado e/ou mesmo para a pressão dos abolicionistas, diplomatas estrangeiros e pressões geradas pela “insubmissão” dos cativos em suas fugas e rebeliões. A elite baiana buscava através de seus representantes letrados a compreensão sobre si, atentando para isso para a arte como recurso que buscava conferir sentidos a realidade. Afinal a decadência só se processa a partir de uma idéia de que antes houve um apogeu, um situação de auge social, econômico, intelectual, etc. Neste caso, abolição tornou-se um evento que significaria um divisor de águas onde a liberdade do negros, “tal qual seu deu” significaria a ruína de seus senhores. É o que se pode verificar em duas obras de dois dos primeiros romancistas baianos: Anna Ribeiro e Xavier Marques.

Em *Letícia* (1908), Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt (1843-1930)⁴ conta a História de Letícia, jovem, de fino trato, filha de um dos senhores de engenho mais poderosos

³ O tema da decadência freqüente, há muito tempo, as páginas da história e da literatura. Trata-se de um sintoma de desagregação, de destruição ou de declínio de uma época, representada por valores ideológicos já inadequados, embora ainda defendidos por uma determinada classe social agonizante. (CÂNDIDO, 1979: vii).

⁴ Sobre a literatura de Anna Ribeiro ver OLIVEIRA, 2008. Nesta dissertação de mestrado o autor analisa o declínio senhorial na obra da autora, demonstrando como ela construiu na literatura uma representação da decadência da elite baiana do Oitocentos.

do Recôncavo. Apaixonada por um abolicionista, mesmo contra a vontade do pai, a rapariga acaba se casando. Mudando-se para a Corte, pouco tempo depois é obrigada a voltar ao engenho do pai, pois o mesmo adoecera, por causa da rebeldia e das pirraças dos negros, escravos, segundo conta a narradora. É que se “operara o golpe do *13 de maio*”, cuja consequência seria a morte do mundo senhorial, algo metaforizado na morte do Sr. Travassos, o pai da protagonista. Sob o “novo regime”, o velho senhor dizia “não haver mais lugar no mundo para um homem como ele”.

Narrando uma história que se passa numa cidade com o sugestivo nome de “Amparo dos Cativos”, Xavier Marques apresenta uma comunidade que viu seu líder, o Visconde de Athaípe, tradicional senhor de engenho do Recôncavo, morrer justamente no período em que se dá o fim do “trabalho servil”. Entretanto, não obstante a morte do nobre senhor “coincidir” com o fim da instituição que abalizava seu estilo de vida, o autor descreve a crise do sistema escravista como um processo que se inicia com a resistência e os conflitos provocados pelos negros e com a aplicação das leis abolicionistas. Acrescenta ainda que a Lei do Ventre Livre provocou o acirramento dos ânimos entre senhores e escravos. Sem possuir mais nenhuma vantagem em manter as negras em suas posses, em virtude de suas “crias” não lhe serem mais rendosas, os proprietários mandam-nas embora e “enrijecem” o cativo sobre os negros. Em contrapartida, os cativos respondem com fugas, violência e morte. Em meio a pressões que partem dos negros e do governo, é recebida a declaração da Lei Áurea.

Enquanto em *Letícia*, os senhores de engenho gozavam uma vida de “abastança” e “ostentação” cujo fim foi provocado por um “golpe” dado pelo governo da Princesa Isabel e “seus ministros”, em *As voltas da estrada* a crise do sistema senhorial começa bem antes e vai se aprofundando à medida que os senhores baianos não conseguem adaptarem-se ao vindouro estilo de vida, que traria à voga a mão-de-obra livre.

Trata-se de dois enfoques sobre a mesma época, mas que partem de olhares distintos. Os dois romancistas viveram e recontaram as experiências da decadência senhorial baiana, entretanto, os lugares sociais conferidos a cada um, contribuíram para que eles oferecessem ao leitor duas visões peculiares. A primeira, de uma ex-senhora de engenho que testemunhou a própria crise nas posses da sua família, uma das mais tradicionais do Recôncavo⁵. A segunda versão é desferida por alguém que viveu os ímpetus do abolicionismo e declarava-se como um deles.

⁵ Sobre as origens da família de Anna Ribeiro ver MATTOSO, 1997. Sobre a sua trajetória e as memórias que construiu sobre o passado ver sua autobiografia e as notas bibliográficas (BITTENCOURT, 1992).

Em *Letícia*, a Lei de 13 de maio é apresentada como um marco para a sociedade baiana, uma vez que redireciona as relações entre os dominantes e os dominados. Esse evento entra na memória social daqueles que ali a viveram como o símbolo das transformações de uma sociedade secular. Em *As voltas da estrada* ele praticamente não aparece, pois a abolição seria fruto de um processo que ao contrário do que é destacado em *Letícia* não é a Princesa Isabel, mas os abolicionistas, os escravos e a imprensa são quem conseguiram à força o fim da instituição servil. Nazario o chefe o Quilombo ficaria conhecido como o “Flagelo dos senhores” e ele representaria em última instância a revolta dos cativos pela vida de violência e de exploração vividas pelos negros nos tempos da escravidão.

Tanto em *Letícia*, quanto em *As voltas da estrada*, discute-se a decadência senhorial dos senhores de engenho do Recôncavo baiano. Nos dois romances fica patente a idéia de que a extinção da escravidão teria sido a principal causa do declínio da lavoura baiana e conseqüentemente da secular família senhorial. Nos duas obras romanescas o poder senhorial é representado em sua maior instância num “nobre” senhor de engenho. Semelhantemente também a morte dos dois senhores representa também a morte do mundo senhorial.

Enquanto em *Letícia* a doença do Sr. Travassos é provocada pelo “golpe” da abolição, em *As voltas da estrada*, O Visconde de Atahípe cai apoplético ante a invasão dos negros quilombolas em seu engenho, morrendo pouco tempo depois. Sobre esta questão Xavier Marques é mais explícito quando afirma que “*Morto o visconde de Atahípe, abatida a coluna social de Amparo, a previsão dos males decorrentes desse novo desastre prostrou as outras vítimas da Nêmeses negra que as perseguia como uma obsessão*” (MARQUES, 1930: 186-187). Ainda no enterro os senhores morrem de medo a cada esquina da estrada com medo de serem atacados pelos quilombolas. “*Mais mortos que vivos, os senhores de engenho encomendaram-se a Deus*” (MARQUES, 1930: 195). Em *Letícia*, Anna Ribeiro se restringe apenas a descrever a penúria do velho Travassos, através de uma carta que Letícia manda para uma amiga: “*o médico que o assiste, declarou-me que se aproximava rapidamente o desenlace fatal. Ah! Minha amiga! Que fazer em tão terrível emergência! A tua presença me daria coragem para não sucumbir ao golpe*” (BITTENCOURT, 1908: 105-106).

As causas da morte nos dois casos foi a mesma: incapazes de viver num mundo que não fosse uma extensão de sua vontade, os senhores de engenho preferiam a morte. Ao mesmo tempo, evidencia a idéia compartilhada entre os dois autores de que o mundo senhorial morrera com o fim da escravidão. Sem o trabalho servil, o fim do mundo senhorial era inevitável. Isto fica bastante claro na leitura das duas obras.

Outras memórias, os mesmos traumas

Outros textos tidos por seus autores como “não ficcionais” registravam também as suas impressões sobre o tema proposto. O contexto da escrita, o lugar social de quem escreve e a modalidade de escrita são algumas variantes que se deve considerar nesse sentido. Ao relembrar do que contavam seus avôs, Anna Mariani Cabral, assim se referiu a abolição:

Assim, continuou seguindo a sua vocação até 1888 quando veio a abolição. Na sua família a tradição de humanidade entre os senhores e escravos era constante. Meus avós possuíam cerca de 100 escravos, eles arruinados, pode-se dizer, com o decreto de 13 de maio, mostravam-se inteiramente serenos e justificavam a Princesa – pelas injustiças que haviam presenciado. Minha avó contava que o 13 de maio fora um dia de festa no Engenho. Danças, flores, todos manifestando gratidão aos senhores que compartilhavam da alegria dos escravos. Depois, vieram as ingratidões, abandono do trabalho, a paralisação do Engenho, mas ela e meu avô não desanimaram (CABRAL, S/D: 36).

Michael Pollak ressalva que os elementos constitutivos da memória podem ter sido vividos pessoalmente ou “por tabela”. São os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. A esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992: 201). Mesmo não sendo nascida quando a Lei Áurea foi assinada, Anna Cabral, menciona a *Lei do 13 de maio*, como sendo o motivo da decadência dos senhores; no contexto das suas lembranças, ela menciona que o governo teria sido “imprevidente” ao decretar a Lei sem dar ouvidos as condições dos “senhores do norte”. Os negros também são apresentados como “ingratos” e “rebeldes”, pois no cativeiro da família de memorialista eles teriam vivido quase como “filhos” de seus senhores.

De fato, em vários escritos de ex-senhores ou de seus descendentes esse discurso é reforçado. A construção que emerge da voz dos ex-senhores constrói o *13 de maio*, como um evento, um tipo símbolo, da “imprevidência do governo em relação a eles”. Mais do que isso, não considera a idéia da abolição da escravatura como um processo, o que diminui os conflitos existentes entre senhores e cativos nas últimas décadas da escravidão. Nas linhas das narrativas literárias de Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt, por exemplo, não existe nem sequer uma menção aos conflitos físicos envolvendo senhores e escravos.

Nas Primeiras décadas republicanas era comum, entre os ex-proprietários de cana na Bahia, o ressentimento com o governo imperial, por não considerar a “necessidade” que a economia do Recôncavo ainda tinha da mão-de-obra escrava. Poucos meses após abolição, o

Barão de Vila-Viçosa registra a situação das “pobres” senhoras nos tempos seguintes à abolição:

Quando mães de famílias qualificadas viram-se obrigadas a ir para a cozinha, quando crianças ficarão sem amamentação, viúvas octogenárias foram forçadas a esmolar o pão pelas portas, quando os próprios libertos incapazes de trabalho, abandonados pelos filhos morreriam de fome e se não contassem com a caridade de seus ex-senhores, estava eloqüentemente demonstrado que a lei 13 de maio era um ponto final à colheita da safra (VILLA VIÇOSA, 1889).

O artigo do Barão de Vila Viçosa reforça aquilo que Anna Ribeiro registrou sob o viés da ex-senhora de engenho. Demonstra também a visão dos ex-senhores sobre a sorte dos negros, uma vez fora dos domínios dos antigos senhores. Descontando a manipulação discursiva empregada pelo Barão para convencer os leitores do *Diário da Bahia* de que a abolição da forma com que foi precedida pelo Estado brasileiro foi prejudicial para ambos os lados, o que fica claro também é o ressentimento do ex-senhor em verificar que as elites femininas dos engenhos de açúcar não teriam mais a “Corte de subalternas” ao seu redor para realizar os serviços domésticos.

Baseado em um discurso como esse, anos depois, Pedro Calmon ao escrever *A História da Bahia: um resumo didático*, afirmou que a “Lei áurea foi um ato repentino que no dia posterior a sua publicação pôde-se ver damas fidalgas fazendo as mais rudes tarefas” (CALMON, 1929: 186). As afirmações de Calmon nos indicam a forte relação entre a historiografia produzida nas Primeiras Décadas da República e a memória produzida pela elite sobre os traumas do seu próprio passado. No texto de Pedro Calmon fica patente o processo de seleção, interpretação e distorção como condicionado, ou pelo menos influenciado, por seu grupo social. Não sendo, de forma alguma, obra de um indivíduo (BURKE, 2000: 69-70). A História que ele produz aparece como legitimadora do discurso difundido pela elite acerca do *13 de maio*.

O discurso do Barão de Vila Viçosa certamente também deve ter influenciado a literatura de Anna Ribeiro na construção das personagens Maria e Josefa. Em *Violeta & Angélica* as senhoras são obrigadas a trabalhar nas funções que antes eram atribuídas às escravas, assim como Vila Viçosa se ressentia em ser obrigado a “testemunhar” este cenário. Nesse caso, vale outra vez destacar a permanência desse discurso na memória social da classe dos ex-senhores e de como eles se preocuparam em dar uma versão sua da história, culpando o governo e os ex-cativos pela sua derrocada econômica e social.

Em se tratando das memórias sobre a abolição a [re]construção dos agentes daquele processo, construídos foram como personagens no imaginário coletivo. Para a elite, figurava

as imagens do “governo imprevidente”, do “negro indolente e ingrato” e do senhor como “vítima” da decadência que “lhe empregaram”, constitui-se como modelos que ajudam a elite a processar a sua versão dos fatos que envolvem o *13 de maio* e os dias seguintes.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BURKE, Peter. *Varietades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CABRAL, Anna Mariani. Prefácio. In: BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes. *Contos*. Salvador, Datil, S/D.
- CALMON, Pedro. *História da Bahia: um resumo didático*. Melhoramentos: São Paulo, [n. d.] *circa* 1929.
- CANDIDO, Antonio. ROSENFELD, Anatol. PRADO, Décio de Almeida. GOMES, Paulo Emilio Salles. *Personagem de ficção*. Coleção Debates, 7ª ed. São Paulo: 1968. CAPELATO, Maria H. R. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- CUNHA, Silvio Humberto dos Passos. *Um Retrato Fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo açucareiro, 1871-1902*. UNICAMP, (Tese de Doutorado em Economia), 2004.
- DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1879-1910)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- LEITE, Rinaldo Cezar Nascimento. *A Rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. (tese de doutorado em História – PUC-SP), 2005.
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: Uma Província no império*. 2ª Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1992.
- MATA, Iacy. *Os treze de maio: polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889)*. Dissertação de mestrado em História. Salvador, UFBA, 2002.
- OLIVEIRA, Marcelo Souza. *Uma senhora de engenho no mundo das letras: o declínio senhorial na obra de Anna Ribeiro*. (Dissertação de Mestrado/UNEB). Salvador, 2008.
- POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, nº. 10, Teoria e História. Rio de Janeiro, FGV, 1992.
- _____. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos Históricos, nº. 03 Teoria e História. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998.
- _____. *Poder e representação: o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembléia de Comunicação Social, 1992.